

Nas galerias, um só coro: "Diretas-já"

BRASÍLIA — O soldado Pedro Garcia Fernandes vestiu o uniforme de gala, pendurou no peito a medalha ganha por atos de bravura e, como nos velhos tempos de pracinha da Força Expedicionária Brasileira, em Monte Castelo, na Itália, lutou com empenho. Ao final de 2h30min de gritos, vaias e aplausos, o soldado condecorado ostentava, mais uma vez, ao longo de seus 63 anos, o sorriso da vitória: ele estava convicto de ter ajudado a aprovar a convocação de eleições diretas para o próximo ano. Indeciso, só não sabe em que irá votar para suceder o presidente José Sarney.

Pedro foi uma das 430 pessoas que, ontem, tiveram sorte de receber uma senha ou ser liberado, democraticamente, para assistir à votação do tempo de duração do mandato de Sarney das galerias do Congresso. Uma galeria ruidosa, seguidamente advertida pela presidência da Comissão de Sistematização para calar-se, mas predominantemente verde e amarela. Eles até ensaiaram comportar-se, evitar as manifestações efusivas de concordância ou desagrado, mas não se contiveram e, em cinco ocasiões diferentes entoaram, com toda a força, o mesmo grito: "diretas já, diretas já".

"Chora Sarney" — Ideologias e interesses próprios abandonados momentaneamente, Pedro, o soldado da FEB, e Carlos Olimpio Carvalho, militante do PC do B, cantaram juntos, emocionados, o Hino Nacional. E também se uniram para brincar com aquele que viram como o maior perdedor do dia, o presidente José Sarney: "chora Sarney/Sarney chora/chora Sarney/arruma a mala e vai embora".

A turma de Carlos Olimpio, foi, aliás, a primeira a ocupar lugares nas galerias do Congresso. As bandeiras vermelhas, cuidadosamente dobradas, burlaram a vigilância, passaram pela revista e, ao final da sessão que consagrou um mandato de quatro anos para Sarney foram desfraldadas. Os

militantes do PC do B também conduziram, com rara competência, as manifestações dos companheiros de galeria, puxando os cantos, as palavras de ordem, os apupos e os aplausos. Assim como pediram silêncio, quando o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna chegou a propor o esvaziamento do local.

O professor Diomedes Santos da Silva, diretor do Centro dos Professores de Ensino de Segundo Grau, de Sergipe, viajou de ônibus, desde Aracaju,

com 18 companheiros para defender "diretas já" e lutar em "favor de uma educação mais digna". Não se incomodou, sequer, com o empurrão-empurra na entrada do salão negro que acabou provocando o estouro de um vidro da porta corrediça e resultou em correria dos seguranças. Diomedes estava grudado à porta naquele momento e não arredou um pé do lugar. Recompensado pelo esforço e pela interferência de 20 deputados dos mais diferentes partidos, ocupou seu lugar nas galerias e dali só levantou para comemorar, com um emocionado discurso, do lado de fora do prédio, a vitória das diretas: "o negócio, agora, é escolher o homem certo para a presidência", alertou ele, sem citar nomes.

É presidencialável? — O discurso do senador José Richa, pró-quatro anos, surpreendeu o economista Antonio Geraldo Campos, um "simpatizante" do PT: "Este cara é presidencialável ou candidato a primeiro-ministro?", perguntou ele para a amiga Clara Araújo Antunes. Da mesma forma, a defesa dos 5 anos, encadeada pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, não agradou: "ele faria melhor, nesta idade, ficando quieto", comentou o geólogo Araújo Antunes para o amigo médico Edson Cafuri. Na última fileira das galerias, bem no centro do plenário, Carlos Mattos não se intimidou e bateu palmas para o discurso do líder do PFL, deputado José Lourenço. Desconfiado, explicou depois: "cinco anos é melhor para o Brasil. Por que? Ora, porque é".

Votação encerrada, placar marcando 48 votos favoráveis aos quatro anos, contra 45 dados aos cinco anos, no borburrinho armado com o início do esvaziamento das galerias — provocado pelo encerramento da sessão — o portuário Luiz Eugênio Mendes, de Santos (SP), lançava a candidatura do seu conterrâneo, o senador Mário Covas, à presidência da República.

Deputado ganhou texto de Sarney

Poucos minutos antes da votação que fixou em quatro anos o mandato de Sarney, o senador Afonso Arinos leu a mensagem que recebeu do presidente, por telefone, na noite de sábado, com o testemunho de cinco deputados. Dizia a mensagem: "Estou pronto para um grande diálogo visando a conciliação nacional. Jamais seria impedimento para que isto ocorra. O meu sofrimento e angústia decorrem da interpretação errônea que estão dando, de que busco, num sentimento menor, obter a simples prorrogação do meu mandato." O texto foi dado de presente ao líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, que se opôs à leitura da mensagem antes da votação e sugeriu a Afonso Arinos que o fizesse depois, alegando: "Seja qual for o teor dessa mensagem, não devemos permitir a interferência do chefe do Executivo no momento em que vamos tomar uma decisão da maior importância."

Eleição geral foi só um sonho

A ameaça de convocação de eleições gerais, para todos os cargos, que o governo Sarney brandiu sobre a Constituinte, através do líder do PFL, deputado José Lourenço, ontem de manhã, não resistiu a mais de cinco horas. À tarde, emenda do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), propondo eleições para senadores e deputados federais, simultaneamente ao pleito presidencial, acabou rejeitada por 48 integrantes da Comissão de Sistematização, com 38 votos favoráveis e três abstenções.

Nem os aplausos calorosos das galerias, favoráveis à tese e à posição do deputado José Genoíno (PT-SP) — de que eleições casadas para presidente da República e Congresso Nacional compõem a "tradição da história brasileira" —, mudaram o quadro desfavorável à emenda. O público foi advertido severamente pelo

presidente da mesa, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que ameaçou, mais uma vez, esvaziar as galerias e se calou, sem sequer uma reação à derrota ao final da votação.

O deputado Bocayuva Cunha defendeu sua proposta, apelando para a "coragem moral" dos parlamentares, que seria demonstrada, segundo ele, pela aprovação da emenda de renúncia coletiva aos mandatos que conquistaram nas eleições de novembro de 1986.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apoiou a adição da emenda ao atual texto das disposições transitórias, empregando um novo argumento. Segundo ele, aprovada a emenda, a Constituinte daria, na prática, um atestado de sua exclusividade. Faria, no caso, a nova Constituição e se dissolveria.

Jamil Haddad

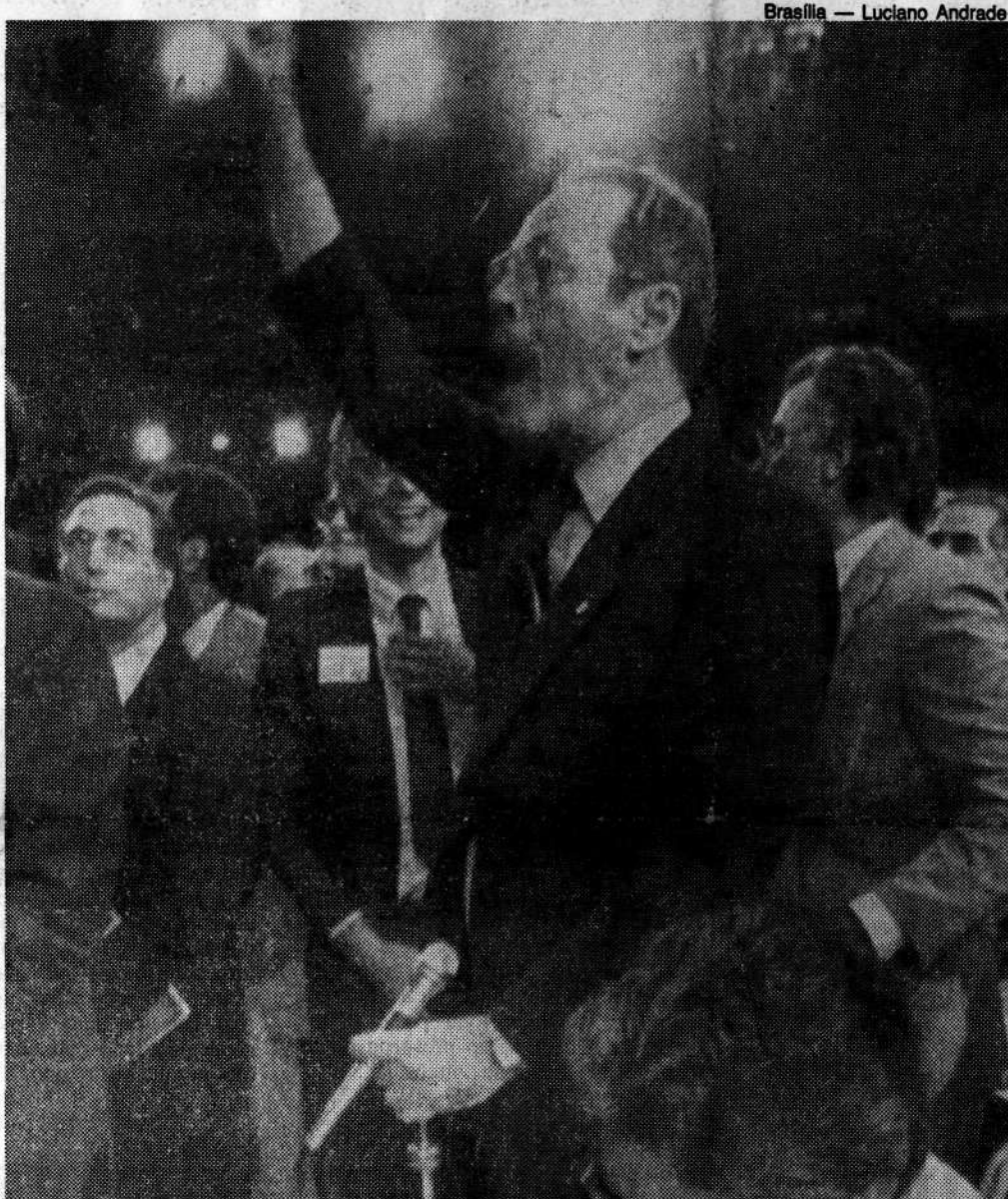
O senador deu o voto decisivo e vibrou como campeão

Carregado nos ombros por seus colegas constituintes, depois de dar o 47º voto favorável aos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, que garantiu a aprovação da emenda Jorge Hage, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ) vibrou com a mesma intensidade dos tempos de juventude, quando foi campeão brasileiro de basquete várias vezes, jogando pelo Flamengo, e chegou à seleção nacional, junto com outros craques da época, como Algodão, Godinho e José Mário.

"Hoje é um dia de alegria nacional, porque finalmente resgatamos a campanha das diretas-já. Fiquei muito satisfeito em dar o voto decisivo, mas minha maior emoção foi a de saber que estava votando de acordo com o que deseja o povo brasileiro", disse Jamil.

Deputado estadual pelo antigo Estado da Guanabara, eleito em 1962 pelo PSB, fundador do MDB em 1966, partido pelo qual se reelegeu para a Assembléia Legislativa no mesmo ano, Jamil foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos depois do AI-5, em 1969. Anistiado dez anos mais tarde, fundou o PDT e foi eleito suplente de senador, na chapa liderada por Saturnino Braga. Com Brizola no governo do Estado do Rio, foi prefeito nomeado de março a dezembro de 83, quando deixou o cargo, com críticas políticas ao governador, de quem foi se separando gradativamente.

Em 1985 decidiu, junto com outros companheiros, reorganizar o velho Partido Socialista Brasileiro. Pouco tempo depois, com a ida de Saturnino Braga para a prefeitura do Rio, assumiu a cadeira no Senado. Em Brasília e no Rio, tem se dedicado a uma tarefa permanente: unir as forças progressistas. Por isso mesmo, ontem foi um dia feliz para ele.



Sant'Anna protesta contra as vaias das galerias aos cinco anos

O texto aprovado

Os artigos das Disposições Transitórias aprovados ontem incluem:

Art. 3º — É criada uma Comissão de Transição com a finalidade de propor ao Congresso Nacional e ao presidente da República as medidas legislativas e administrativas necessárias à organização institucional estabelecida nesta Constituição, sem prejuízo das iniciativas de representantes, todos dos três poderes, na esfera de sua competência.

Parágrafo 1º — A Comissão de Transição compor-se-á de nove membros, sendo três indicados pelo presidente da República, três pelo presidente da Câmara e três pelo presidente do Senado da República, todos com respectivos suplentes.

Parágrafo 2º — A Comissão de Transição será instalada no prazo de 30 dias a contar da promulgação desta Constituição.

Art. 4º — O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989.

Parágrafo 1º — Os mandatos dos governadores e dos vices-governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão no dia 15 de março de 1991.

Parágrafo 2º — Os mandatos dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1985 terminarão no dia 1º de janeiro de 1989, com a posse dos eleitos.

Parágrafo 3º — Os territórios federais de Roraima e Amapá são transformados em estados federais, mantidos os seus atuais limites geográficos.

Parágrafo 4º — Aplicam-se à instalação dos estados de Roraima e Amapá as mesmas normas legais e os mesmos critérios seguidos para a criação do estado de Rondônia.

Brasília — Luciano Andrade